

**MENSAGEM Nº 034/2021**

Piraí, 29 de novembro de 2021.

Senhor Presidente

Senhores Vereadores

**C.M.P. - PIRAI - RJ**  
Processo nº 02918  
Rubrica [assinatura] Fls 09

Encaminhamos o presente Projeto de Lei que “**Altera Lei nº 1.104, de 18 de dezembro de 2012, adequando a Taxa de Administração à Portaria SEPRT nº 19.451, de 18 de agosto de 2020 e dá outras providências**”, para apreciação e deliberação dos senhores *Edis*.

A taxa de Administração é destinada, exclusivamente, ao custeio das despesas administrativas decorrentes da gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município, com observância das normas específicas do Ministério do Trabalho e Previdência.

A definição dos limites da taxa administrativa através dos atos normativos editados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, decorre do disposto no art. 6º, VIII, da Lei Federal nº 9.717/98, devendo ser observada pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Por força do dispositivo federal, a Portaria nº 19.451, de 2020, alterou o art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, modificando a taxa de administração e a forma de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

Em relação à nova sistemática adotada pela Portaria, a taxa de administração deixa de ser calculada sobre a remuneração bruta dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e passa a ter a mesma base de cálculo das contribuições dos servidores ativos. Isso significa que a alíquota correspondente à taxa de administração não

Expediente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1ª Discussão em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

2ª Discussão em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Disc. Única em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Encaminhado ao Executivo, através

Ofício Nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Informativo Nº \_\_\_\_

mais será apurada sobre as aposentadorias, pensões e os valores percebidos pelos servidores ativos que não compõem a base de contribuição previdenciária.

Diante da modificação trazida pela normativa atrás citada, há necessidade de atualização do percentual decorrente da antiga redação da Portaria nº 402/08, evitando-se, inclusive, uma forte diminuição dos valores correspondentes à taxa de administração e prejuízo na administração do regime previdenciário municipal.

Os novos percentuais passam a variar conforme o porte dos RPPS, segundo classificação estabelecida pelo Indicador de Situação Previdenciária (ISP), divulgado anualmente pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, conforme art. 30, da Portaria 402/08 (com redação dada pela Portaria MF nº 1, de 3 de janeiro de 2017), sendo estipulado 3% (Três por cento) para Municípios de médio porte, como no caso de Pirai.

O Município de Pirai, com a adequação da alíquota de acordo com Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, alterando-a para 3% (três por cento), passará a pagar a partir de janeiro 2022, o valor aproximadamente de R\$ 133.847,00 (Cento e trinta e três mil, oitocentos e quarenta e sete reais), e a Câmara Municipal o valor de R\$ 2.055,41 (dois mil e cinquenta e cinco reais e quarenta e um centavos).

Importante destacar que o Município e a Câmara Municipal terão uma diminuição no valor pago da taxa de administração, conforme quadro abaixo:

ENTE	DESPESA MENSAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 2021 (ALÍQUOTA DE 2%)	PREVISÃO DE DESPESA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PARA 2022 (ALÍQUOTA DE 3%)	VALOR PAGO A MENOR MENSAL
MUNICÍPIO	R\$ 145.303,66	R\$ 133.847,00	R\$ 11.456,66
CÂMARA	R\$ 3.133,51	R\$ 2.055,41	R\$ 1.78,10

Importa destacar ainda, que a implementação dos novos critérios de cálculo da taxa de administração depende de aprovação de lei de cada ente federativo, observando-se o prazo estipulado na normativa, nos termos do art. 4º, parágrafo único da Portaria nº 19.451/2020, vigendo a nova Taxa de Administração somente a partir do dia 1º do exercício subsequente à aprovação da lei.

Vale salientar que estamos emplementando diversar ferramentas e ações como o Pró-Gestão no RPPS de Pirai, para melhorar a eficiência no desempenho das atividades e transparência das ações do FPSMP.

Entendendo ser desnecessárias maiores justificativas para aprovação ao Projeto adunado à presente mensagem, por esta Colenda Casa de Leis que, através de seus integrantes, a cada dia, contribuem inestimavelmente para o enquadramento de nosso Município às legislações, apresento à Vossa-Excelência, e a seus ínclitos pares, protestos de elevada estima e profunda consideração.

Atenciosamente,

  
**ARTHUR HENRIQUE GONÇALVES FERREIRA**

**Prefeito Municipal**

A Sua Excelência o Senhor  
**ALEX JOAQUIM DA SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal de Pirai  
**PIRAÍ - RJ.**

**PROJETO DE LEI Nº 40 /2021**  
=====

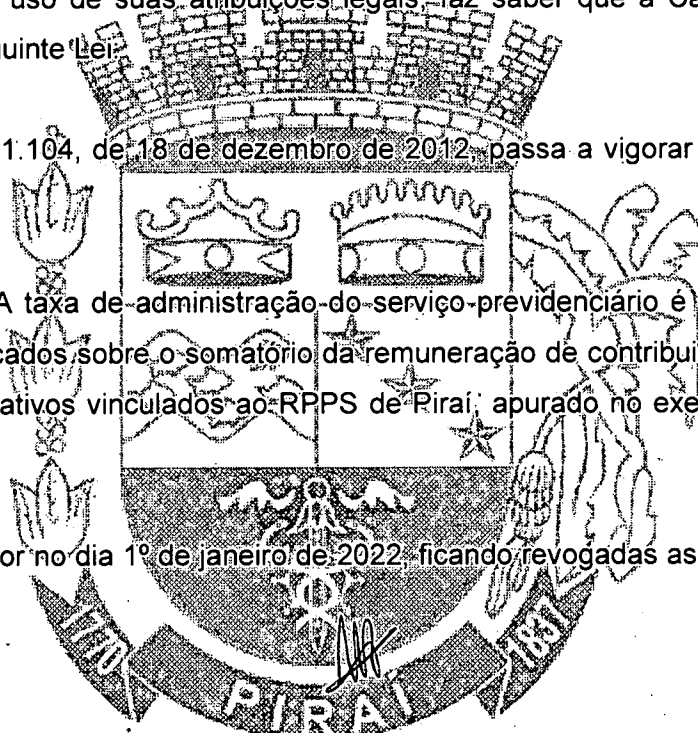
***“Altera Lei nº 1.104, de 18 de dezembro de 2012, adequando a Taxa de Administração à Portaria SEPRT nº 19.451, de 18 de agosto de 2020.”***

O Prefeito Municipal de, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O art. 124 da Lei nº 1.104, de 18 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 124.** A taxa de administração do serviço previdenciário é de 3% (três por cento) aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS de Pirai, apurado no exercício financeiro anterior.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário.



\*\*\*\*\*

Ao Diretor Legislativo  
Para providências cabíveis.

C.M.P. - PIRAI - RJ  
Processo nº 0229  
Rubrica [assinatura] Fls. 06

Em 29/11 /2021.

[assinatura]  
Alex Joaquim da Silva  
Presidente  
Câmara Municipal de Pirai - RJ

A(s) Comissão (ssões) de  
Legislação, Justiça e  
Redação Final

Para indicar Relator

Em 30/11/21

Francis Bevilacqua Lima  
Matr: 062-8  
Diretor Legislativo  
Câmara Municipal de Pirai

Comissão de Legislação  
Justiça e Redação Final  
Recebido em 30/11/21

Presidente

Nomeio Relator Ronaldo  
Correia Leite

Em 06/12/21



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.**

PROCESSO: Projeto de Lei nº 40/2021. Protocolo nº 02218.

NATUREZA: “Altera Lei nº 1.104, de 18 de dezembro de 2012, adequando a Taxa de Administração à Portaria SEPRT nº 19.451, de 18 de agosto de 2020.”

RELATORES: Ronaldo Corrêa Leite

**P A R E C E R**

Para exame e pronunciamento da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final veio o Projeto de Lei nº 40/2021, de autoria do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, com a finalidade de adequar a legislação municipal.

Como ressalta o Exmo. Sr. Prefeito Municipal na Mensagem nº 034/2021 que encaminha o presente Projeto a esta Casa Legislativa, a intenção com a alteração proposta é fazer a adequação da alíquota da Taxa de Administração destinada ao custeio das despesas administrativas decorrentes da gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município.

A definição dos limites da taxa administrativa decorre do disposto no art. 6, VIII, da Lei Federal nº 9.717/98, devendo ser observada pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Por força do dispositivo federal, a Portaria nº 19.451 de 2020 alterou o art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 10 de Dezembro de 2008 modificando a taxa de administração e a forma de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

Por essa modificação é necessária, segundo o Projeto do Poder Executivo, há necessidade de atualização do percentual decorrente da antiga redação da Portaria nº 402/08 sendo estipulada a alíquota de 3% (três por cento) para Municípios de médio porte, como no caso de Pirai. O objetivo é evitar forte diminuição dos valores correspondentes à taxa de administração e prejuízo na administração do regime previdenciário municipal.

Sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, o Projeto atendeu a todos os requisitos quanto a sua constitucionalidade e legalidade. Portanto nada se apresenta que possa constituir óbice a sua aprovação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

CMP - PIRAI-RJ  
Processo nº 02218  
Rúbrica Edição Fls 08

Em conclusão, diante da exposição acima, o Relator “in fine” assinado, opina pela procedência do projeto e consequentemente pela APROVAÇÃO nos termos propostos.

Sala das Comissões, 06 de Dezembro de 2021.

---

Ronaldo Corrêa Leite  
Relator da Comissão de Legislação,  
Justiça e Redação Final.

Membros da Comissão: Plenamente de acordo com o ilustre Relator.

Sala das Comissões, 06 de Dezembro de 2021.

---

Carlos Alexandre Correia da Silva  
Relator da Comissão de Finanças e Orçamento.

---

João Carlos dos Santos Máximo  
Membro da Comissão de  
Legislação, Justiça e Redação Final.